

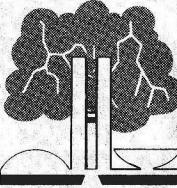
Relator vive “drama” para interrogar Fiúza

Magalhães confessa a amigo que vai dar ao companheiro de partido chance para se defender

GUILHERME EVELIN
e **MARA BERGAMASCHI**

BRASÍLIA — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), considera como “drama pessoal” a tarefa que tem hoje: interrogar o amigo e companheiro de partido deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), acusado de participar do esquema de corrupção com verbas orçamentárias. Em telefonema dado da Câmara segunda-feira à tarde, Magalhães confidenciou a um amigo que dará a Fiúza a “chance de se defender” durante o depoimento à CPI. Na conversa, reconstituída pelo **Estado**, o relator prometeu também não utilizar contra o deputado as informações de que dispõe sobre o patrimônio de Fiúza — principal alvo das investigações —, às quais teve acesso como advogado.

Magalhães tomou conhecimento sobre a vida financeira de Fiúza entre 1986 e 1990, quando estava sem mandato e trabalhava como advogado. O **Estado** apurou que, nesta época, o ex-governador de Pernambuco prestou assessoria em negócios da família Fiúza. “Ele me consultou, que eu me lembre, sobre dois assuntos”, confirmou o relator. “Examinei contratos sobre a formação de uma holding, que não chegou a ser concretizada, e sobre a compra de uma usina de



José Paulo Lacerda/AE—23/10/93



Ex-governador de Pernambuco assessorou negócios do depoente

acúcar em Alagoas”, completou. Segundo Magalhães, Fiúza nunca chegou a ser um cliente formal de seu escritório de advocacia. “Podem procurar, mas ninguém vai achar uma procuração dele para mim.”

No telefonema de segunda-feira, Magalhães afirmou que não iria cobrar de Fiúza as omissões de bens constatadas nas últimas cinco declarações de renda do deputado, já em poder da CPI.

Apesar de classificar como essencial para as investigações sobre a corrupção a avaliação da

“curva patrimonial” dos acusados no escândalo do Orçamento, o relator alegou que não seria “ético” usar as informações de que dispõe sobre as fazendas e empresas que integram o patrimônio de Fiúza. “Isso me foi transmitido em várias conversas pessoais”, justificou. “Vou deixar a subcomissão de assuntos fiscais e patrimoniais trabalhar livremente”,

afirmou. Mas fez uma ressalva durante a conversa: “Não vou usar confidências para ficar cobrando do Fiúza que está faltando isso ou aquilo na sua declaração de bens.”

**ALGUNS
DADOS VÃO
CONTINUAR
EM SIGILO**